



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JUSCIÊ ALVES PEREIRA

A COMPREENSÃO DO RACISMO E DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS POR
UMA EDUCADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE UMA ESCOLA PÚBLICA
MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS/PB

CAJAZEIRAS/PB
NOVEMBRO/2024

JUSCIÊ ALVES PEREIRA

**A COMPREENSÃO DO RACISMO E DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS POR
UMA EDUCADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE UMA ESCOLA PÚBLICA
MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - *campus* Cajazeiras-PB, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Stella Márcia de Morais Santiago.

CAJAZEIRAS/PB
NOVEMBRO/2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

P436c Pereira, Jusciê Alves.
A compreensão do racismo e de práticas antirracistas por uma educadora da educação infantil de uma Escola Pública Municipal de Cajazeiras/PB / Jusciê Alves Pereira. – Cajazeiras, 2024.
47f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Stella Márcia de Morais Santiago.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2024.

1. Educação antirracista. 2. Compreensão do racismo. 3. Educadora - Práticas antirracistas. 4. Formação cidadã. 5. Educação infantil - Cajazeiras - Município - Paraíba. 6. Discriminação Étnico - racial. I. Santiago, Stella Márcia de Morais. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 373.2

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

JUSCIÊ ALVES PEREIRA

**A COMPREENSÃO DO RACISMO E DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS POR
UMA EDUCADORA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE UMA ESCOLA PÚBLICA
MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS/PB**

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

STELLA MARCIA DE MORAIS SANTIAGO

Data: 16/11/2024 15:10:28-0300

verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof^a. Dra. Stella Márcia de Moraes Santiago – UAE/CFP/UFCG
Orientadora**



Documento assinado digitalmente

EDINAURA ALMEIDA DE ARAUJO

Data: 16/11/2024 22:03:46-0300

verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof^a. Edinaura Almeida De Araújo – UAE/CFP/UFCG
Examinadora**



Documento assinado digitalmente

SIMONE JOAQUIM CAVALCANTE

Data: 16/11/2024 15:02:39-0300

verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof^a. Simone Joaquim Cavalcante – UAE/CFP/UFCG
Examinadora**

Dedico esse trabalho primeiramente à Deus, por ter me dado forças, discernimento e sabedoria. Aos meus pais, Dona Mocinha e Seu Raimundo e ao meu Esposo e companheiro de vida, Luís Eduardo, por terem feito de tudo em prol para alcançar meus sonhos e objetivos. Obrigado, por tudo!

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer antes de tudo, ao meu Deus, por ter me ajudado a superar todos os obstáculos que apareceram durante o caminho, sei que tudo não foi fácil, mas com a sabedoria e discernimento que Deus me proporcionou, pude alcançar as metas e planos almejados na minha vida.

Agradecer a minha mãe, Francisca Martila da Conceição (Dona Mocinha) e ao meu pai, Raimundo Alves Pereira (Seu Raimundo), por terem me ensinado a percorrer o caminho da vida e a ser um homem de caráter e com dignidade, que busca e luta por todos os objetivos que defini para mim.

Queria agradecer também, ao meu Esposo e companheiro de vida, Luís Eduardo Abrantes da Silva, por ter me dado todo suporte enquanto marido e mostrar as coisas boas que a vida oferece, além de mostrar que tudo pode ser alcançado, basta dedicação e persistência, contudo, sempre com fé, pois a fé move montanhas e baseia todos os nossos passos na nossa história.

Agradeço a minha professora e orientadora, Stella Márcia de Moraes Santiago, por toda paciência, escuta, dedicação e ensinamentos durante todo o percurso do trabalho, assim também, como na vida acadêmica, sendo esta, uma excelente profissional docente humanizada e acolhedora que inspira todos os seus alunos, além de irradiar uma grande alegria por onde passa!

Quero agradecer às minhas queridas amigas e comadres de casamento Ana Maria (Aninha) e Maria Cristiany (Cris), sou eternamente grato pelo carinho, dedicação, parceria e afeto, vocês foram fundamentais na minha vida e por isso expresso minha gratidão a vocês, comadres.

A minha banca examinadora, composta por professoras da Unidade Acadêmica de Educação (UAE), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras-PB, por suas valiosas contribuições que engrandeceram mais ainda o meu trabalho de conclusão do curso, profa. Simone e Edinaura, Ane.

Por fim, gostaria de expressar minha eterna gratidão a todos os docentes que compõem o quadro de professores do Curso de Licenciatura em Pedagogia, que colaboraram para todo o meu percurso acadêmico.

A todos, que aqui agradei e aos que sabem que tiveram participação na minha conquista, meu muito obrigado.

RESUMO

O tema deste estudo, A compreensão do racismo e de práticas antirracistas por uma educadora da educação infantil de uma escola pública municipal de Cajazeiras/PB, surge das minhas vivências profissionais trabalhando com Políticas Públicas na Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, mais especificamente, no departamento da Gerência Municipal da Igualdade Racial do município de Cajazeiras-PB, no qual estou atualmente como Diretor de Gerência Municipal da Igualdade Racial, de onde me questiono todos os dias, é possível uma educação sem racismo? O presente estudo tem como objetivo central analisar se há a compreensão do racismo no ambiente escolar desde a educação infantil, por parte de uma educadora deste recorte educacional, de uma escola municipal de Cajazeiras/PB, e se há a compreensão da necessidade de agir educacionalmente a partir de práticas antirracistas. O estudo foi realizado na Escola Pública Municipal do município de Cajazeiras/PB. Com a finalidade de abranger todos os objetivos propostos no estudo, definiu-se realizar o estudo do tipo descritivo com abordagem qualitativa e mediada pela metodologia científica de estudo de campo, guiada pelo instrumento de coleta de dados do tipo questionário, com seis questões. A análise e a discussão dos dados aqui apresentados visam promover uma reflexão crítica acerca do tema e provocar um olhar formativo por parte das esferas governamentais, quanto aos seus profissionais da educação, em especial, professores/as, da educação infantil, como ambiente base de formação cidadã.

Palavras-chave: Compreensão do racismo. Práticas antirracistas. Formação cidadã.

ABSTRACT

The subject of this study, The understanding of racism and anti-racist practices by a kindergarten teacher in a municipal public school in Cajazeiras/PB, arises from my professional experiences working with Public Policies in the Secretariat of Public Policies for Women, more specifically, in the department of Municipal Management of Racial Equality in the municipality of Cajazeiras-PB, where I am currently Director of Municipal Management of Racial Equality, from where I ask myself every day, is it possible to have an education without racism? The central objective of this study is to analyze whether there is an understanding of racism in the school environment from early childhood education onwards, on the part of an educator from this educational sector, from a municipal school in Cajazeiras/PB, and whether there is an understanding of the need to act educationally based on anti-racist practices. The study was carried out at a municipal public school in the municipality of Cajazeiras/PB. In order to cover all the objectives proposed in the study, it was decided to carry out a descriptive study with a qualitative approach and mediated by the scientific methodology of a field study, guided by a questionnaire-type data collection instrument with six questions. The analysis and discussion of the data presented here aims to promote a critical reflection on the subject and provoke a formative look on the part of the government at its education professionals, especially early childhood education teachers, as the basic environment for citizen training.

Keywords: Understanding racism. Anti-racist practices. Citizenship training.

LISTA DE SIGLAS

PIBID - Bolsas de Iniciação à Docência

CFP - Centro de Formação de Professores

LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

PB - Paraíba

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UAE - Unidade Acadêmica de Educação

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A COMPREENSÃO DO RACISMO E DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS	15
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA.....	17
3 A IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO	21
3.1 COMO SER UM BOM CIDADÃO: COMPROMISSO SOCIAL E POLÍTICO.....	23
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS	26
4.1 ANÁLISE DOS DADOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	28
4.2 PRIMEIRO TÓPICO: AS VERTENTES REFLEXIVAS SOBRE O QUE É O RACISMO E CONSEQUENTEMENTE SOBRE AS PRÁTICAS ANTIRRACISTAS.....	29
4.3 SEGUNDO TÓPICO: ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DOCENTE FRENTE ÀS PRÁTICAS DE DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO COTIDIANO ESCOLAR.....	32
4.4 TERCEIRO TÓPICO: FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES ACERCA DAS CONCEPÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS.....	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICES	44
APÊNDICE A- Instrumento de Coleta de Dados (Questionário Norteador).....	45
APÊNDICE B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	46

1. INTRODUÇÃO

O tema, A Compreensão do Racismo e de Práticas Antirracistas por uma Educadora da Educação Infantil de uma Escola Pública Municipal de Cajazeiras/PB, surgiu a partir das minhas vivências profissionais trabalhando com Políticas Públicas na Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, mais especificamente, no departamento da Gerência Municipal da Igualdade Racial do município de Cajazeiras-PB, no qual venho atuando desde o ano de 2021 como Diretor de Gerência Municipal da Igualdade Racial até o presente momento, a partir deste lugar buscamos realizar ações e eventos junto às escolas municipais, tais como: o Simpósio Cajazeirense da Consciência Negra, a Semana Municipal da Cultura Afro-brasileira de Cajazeiras, Mostra de Artesanatos Afro-brasileiros, Cursos Profissionalizantes, Rodas de Conversas, Palestras socioeducativas e conscientização nas rádios da cidade.

Além dessa experiência, trazendo para o âmbito educacional, é possível elencar também minhas vivências no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) como um dos motivos para realizar este estudo haja visto minha vinculação ao programa e o trabalho desenvolvido junto às crianças das escolas no qual ele se realiza.

Nesse contexto, pude perceber a ausência de práticas educacionais antirracistas dentro do âmbito escolar, principalmente no que diz respeito à Educação Infantil, visto que, é na escola que o indivíduo desenvolverá suas habilidades sociais que refletirão na sua vida. Portanto, é essencial que haja o desenvolvimento e implementação dessas práticas dentro da sala de aula para então alcançarmos a diminuição dos índices de racismo e exclusão escolar em nosso país.

Por conseguinte, pode-se afirmar que este é um campo de estudos e pesquisa em franca expansão, tornando assim este mais um dos estudos com alcance e relevância sobre a temática dado os estigmas e preconceitos que foram perpetuados por inúmeras gerações até a atualidade. O avanço das discussões e da ciência sobre o tema acerca das relações étnico-raciais, nos mostra o quanto é necessário discuti-la para transformar a sociedade em que vivemos.

Diante disso, importa que o docente se perceba e aja como um indivíduo ciente de que não há outro caminho a não ser o das relações étnico-raciais e uma prática antirracista em sala de aula. Da mesma forma para como os/as gestores/as e demais profissionais da educação. Na sociedade em que vivemos observamos com frequência atos racistas, seja

para com a população negra, indígena ou outras. Só a educação é capaz de mudar essa realidade do docente para que tenha domínio sobre estas práticas, para saber então intervir da maneira certa.

De acordo com André (2001), há uma necessidade de articulação entre os campos educacionais da teoria e da prática dentro da formação dos professores, os saberes das vivências/experiências e a reflexão crítica sobre uma melhor prática educacional dinamiza seu progresso enquanto profissional educador através de práticas educativas que transformam o meio social.

Portanto, a prática educativa compreende os conhecimentos, crenças, experiências, técnicas, valores e tradições que vem sendo perpetuada por indivíduos e grupos por um longo tempo nas gerações passadas, com isso, esses conhecimentos foram transmitidos e reelaborados pelo grupo das novas gerações (Libâneo, 1990).

Além do papel de transmitir e fornecer subsídios para os saberes dos alunos, o docente ainda tem a função de ouvir e compreender o seu educando, como também, dar atenção, ficar vigilante e fazer perguntas durante o processo de ensino e aprendizagem, através disso, o professor terá o feedback de suas metodologias pedagógicas para então saber o alcance dos conhecimentos ministrados (Libâneo, 1990).

Por conseguinte, para se alcançar as práticas educativas antirracistas é necessário que o docente utilize de estudos de uma Didática inovadora, visto que, o campo de estudos da Didática é caracterizado como preciso para a relação de articulação entre a formação teórica e prática do professor, pois, o docente desempenha inúmeras tarefas que são atribuídas ao seu papel enquanto educador, como por exemplo, ensinar, orientar, organizar, dirigir e estimular o processo de aprendizagem educacional dos seus educandos. Além disso, esse processo de ensino e aprendizagem oferta ainda modos e condições ideais que ajudam no desenvolvimento e implementação dos saberes pedagógicos na prática antirracista escolar (Libâneo, 1990).

É possível afirmar que a falta de formação complementar dos professores juntamente com os gestores dificulta a compreensão da necessidade de práticas educativas antirracistas, em especial para a Educação Infantil. O currículo escolar não trazia conteúdos referentes à cultura afro-brasileira e toda sua tradição, hoje temos na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) a garantia dessa discussão, a partir do artigo 26A, § 2º que menciona “Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar,

em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a legislação assegura a discussão na escola e isto possibilita a compreensão do docente perante as condições étnico-raciais de seus educandos e em uma das possíveis causas da exclusão escolar, como numa exclusão social de crianças da cor negra (Cavalleiro, 2001).

O racismo está presente no cotidiano, seja na escola, na comunidade, na própria família ou até mesmo em uma fila de um supermercado, prática essa que vai contra todos os direitos humanos. Dessa forma, surge a seguinte indagação: é possível uma educação sem racismo?

O presente estudo tem como objetivo central analisar as ações dos professores da educação infantil de uma Escola Pública Municipal do município de Cajazeiras/PB, quanto a uma prática antirracista no âmbito educacional. Nessa perspectiva, objetivamos buscar efetivamente de formas específicas: compreender quais ações dos professores da correspondem a uma prática antirracista; assim também como, averiguar se os professores entendem-se como educadores antirracista; além de, apontar quais ações os professores empreendem para uma prática antirracista.

A partir dos objetivos supracitados acima, será possível elencar quais práticas antirracistas estão presentes atualmente nas metodologias pedagógicas dos docentes da educação infantil do ensino público, mais precisamente, uma Escola Pública Municipal do município de Cajazeiras/PB, instituição a qual foi realizada a pesquisa com coleta de dados por meio de questionário objetivo e norteador.

Dessa maneira, esta pesquisa de monografia foi estruturada de acordo com as normas bibliográficas, sendo dividido em quatro capítulos, a primeira parte correspondendo a problemática juntamente com a justificativa de escolha da temática trabalhada na pesquisa, a segunda parte sendo o referencial teórico, a terceira parte a análise dos dados coletados nas entrevistas e quarta parte sendo as considerações finais trazendo as reflexões conclusivas sobre toda a pesquisa.

2. A COMPREENSÃO DO RACISMO E DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

É possível elencar estudos educacionais que apontam índices do percurso estudantil nas escolas, sendo constatado que a raça, etnia e situação social influenciam diretamente nesses fatores. Os estudos apontam que o percurso de um educando negro tem mais probabilidades de ter um trajeto escolar mais desafiador do que os alunos de cor branca, que foram apontados como indivíduos com uma trajetória bem sucedida (Cavalleiro, 2001).

Nesse contexto, os estudos elaborados por pesquisadores da área educacional apresentaram-se como importantes para a implementação das concepções teoria e prática na formação docente no currículo dos cursos de educação inicial e continuada do professor, sendo assim, aprimorando as práticas educacionais dentro e fora do âmbito da sala de aula (Andre, 2001).

Apesar de terem pesquisas voltadas para a temática de igualdade racial até então, parecem existir impasses que dificultam a inserção desses conteúdos nas matrizes curriculares das escolas, porém, avanços no desenvolvimento de instrumentos educacionais que elimine todas as formas do etnocentrismo nas escolas é essencial para a diversidade racial na atual conjuntura em que vivemos (Cavalleiro, 2001).

No entanto, é possível afirmar que muitos pesquisadores voltaram suas atenções para o campo de estudos sobre a temática das relações, das circunstâncias, das rotinas e práticas que venham a surgir dentro da sala de aula sobre episódios de preconceito e discriminação racial, além de apontamentos sobre como os profissionais da educação reagem a determinadas situações, como por exemplo, docentes, gestores, coordenação e agregados.

A escola tem a responsabilidade de fornecer subsídios para que as crianças negras e indígenas tenham o direito de contar sua história e criar o seu próprio futuro, porém é preciso quebrar as algemas de negação presentes na história brasileira da população negra, pois, assim eles construirão a representação de quem são e mostrarão para o mundo sua história de forma positiva (Cavalleiro, 2001).

Nessa perspectiva, é extremamente importante trabalhar no campo educacional a Lei 10.639/03, que trata da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, no ensino fundamental e médio.

De acordo com Moreira, (2012), a Lei 10.639/03 foi um grande marco para a história da população Afro-brasileira no país, através dela foi possível a inserção de

conteúdos voltados para a História Afro-brasileira nas matrizes curriculares das instituições de ensino.

Com a implementação da Lei 10.639/03 no país é possível observar um maior crescimento dos saberes sobre a temática das raízes Afro-brasileiras, assim também, sobre como a população negra contribuiu no desenvolvimento desse povo-nação chamado Brasil, além de influenciar diretamente na desconstrução de mitos e falácias sobre a fama dos africanos escravizados como vagabundos e primitivos selvagens (Moreira, 2012).

Diante disso, pode-se afirmar que outro resultado adquirido a partir da execução da Lei 10.639/03, foi uma verificação e retificação histórica dos povos negros e indígenas, para então superar todos os preconceitos e estigmas que envolvia os aspectos sociais e históricos da população Afro-brasileira, como também, refazer os fatores históricos da sociedade em que vivemos (Moreira, 2012).

Em consonância com o que foi dito anteriormente, a autora Lima, (2012), afirma que quando o docente aproxima os seus educandos dos conhecimentos legais da História e Cultura Afro-Brasileira, tais como, formação, resistência e luta de direitos da população negra, os alunos tendem a estimular interesse na escrita, por meio dos métodos de leitura e audição, que objetivam proporcionar valores e atitudes dos educandos. Além disso, contribui para o desenvolvimento dos aspectos morais e deveres cidadãos de seus alunos frente a transformação de sua realidade.

Em contrapartida, existem atores sociais que lutam pelos direitos da população negra, um deles é o Movimento Negro, na qual preza pela efetivação dos direitos das políticas públicas para as pessoas negras, principalmente no que diz respeito a escola, pois este é um local com direito reservado a diversidade e as diferenças.

Além disso, o Movimento Negro, elenca que o Estado tem o dever na identificação e validação da questão racial dentro dessas políticas públicas, assim como na educação, pode ser visto na área de saúde, meio ambiente, juventude, gênero etc. Com isso, pode-se afirmar, que o Brasil atualmente é um dos países que mais se destaca por causa da presença de grandes grupos de sociedades multirraciais de todo o mundo (Gomes, 2011).

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA

A infância não era vista como uma etapa única do desenvolvimento humano, na qual poderia trazer muitas contribuições significativas para o crescimento e desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos pequenos. Assim, esses indivíduos eram confinados a atividades que se restringiam unicamente a cuidados de saúde e higiene pessoal (Silva, *et al.*, 2023).

A Educação infantil é considerada a etapa inicial do Sistema de Ensino Básico do nosso país, é o primeiro ciclo de formação educacional do indivíduo, com isso, a mesma apresenta-se como um espaço propício com a finalidade de impulsionar as transformações de todos os paradigmas, especialmente no que diz respeito à luta e enfrentamento ao racismo por meio da adoção das inovadoras práticas antirracistas (Silva, *et al.*, 2023).

Com isso, de acordo com a LDB (1996), a fase de ensino da Educação Infantil tem como objetivo principal a promoção do crescimento e desenvolvimento absoluto de crianças com faixa etária compreendendo até aos 5 anos de idade, abrangendo o bem-estar físico, mental, psicológico, emocional e social. Além disso, todo esse processo é desenvolvido e implementado juntamente em colaboração com a família e a comunidade das crianças (Brasil, 1996).

Visto que, por um longo período de tempo, a educação infantil no Brasil esteve diretamente restrita a ações voltadas para o bem-estar, com uma abordagem materialmente assistencialista. Da mesma forma, os programas de intervenção político-social do governo não reconheciam a diversidade entre as crianças, ignorando a realidade das crianças negras, indígenas, de povos tradicionais e população em situação de vulnerabilidade de vida, outros (Silva, *et al.*, 2023).

Dessa forma, a LDB/1996, referência da educação nacional, seja no âmbito público ou privado, fundamenta-se nas premissas de uma educação básica com inclusão social e universal (Franco, *et al.*, 2022). A Educação Infantil pode ser oferecida a partir das creches e pré-escola, estruturadas com base em algumas regras gerais estabelecidas pela Lei, como por exemplo, a realização de avaliações por meio do método pedagógico de observação e de registro diário do progresso das crianças, para então futuramente elas poderem adentrar as próximas etapas do ensino de acordo com as metas educacionais, assim como a distribuição e implementação das cargas horárias necessárias para um ensino de qualidade. (Brasil, 1996).

Entretanto, de acordo com as cargas horárias exercidas na escola, os profissionais docentes juntamente com a instituição deverão ter controle da frequência diária dos educandos, abrangendo a frequência mínima de 60%, sempre atentando a integralidade do ser, levando em consideração todo o contexto social em que o mesmo está inserido (Brasil, 1996).

Nessa perspectiva, os educandos da área básica do Ensino Infantil estão expostos ao impacto do racismo desde muito cedo em suas vidas, o que acaba gerando e contribuindo para o desenvolvimento das desigualdades raciais, assim também, como na formação dos estigmas e preconceitos étnico-raciais, ali, desde pequeninos, resultando em índices negativos sobre a progressão das relações sociais coletivas e interpessoais harmoniosas e respeitadas entre os educandos (Barros, *et al.*, 2022).

Considerando o contexto de todas as subjetividades do ser moldadas constantemente por uma sociedade cujas raízes históricas remontam diretamente à colonização territorial, sendo possível que essas crianças educandas tenham que lidar principalmente com o racismo cotidiano, e, frequentemente, essas violências não são manifestas de forma tão clara para um ser em processo de formação, como as crianças, por isso há necessidade de um olhar mais pedagógico e reflexivo que as oriente e acompanhe com vistas a dirimir o preconceito étnico-racial (Borges e Maletta, 2023).

Portanto, os educandos da Educação Infantil do nosso país precisam ser enxergados como indivíduos possuidores de sua própria história social, potencialmente moldados pelo ambiente em que os mesmos estão inseridos e pelas vivências e interações que são desenvolvidas durante todo o percurso de vida. Contudo, a criança é um ser curioso na qual formula perguntas e hipóteses, além de construir e avaliar seus próprios objetivos de maneira singular estimulando o seu protagonismo enquanto ator principal do processo de ensino e aprendizagem (Brasil, 2017; Padilha e Zilberstein, 2020).

Com isso, é possível destacar que a escola pública é classificada e posta como um ambiente primordial para que os educandos tenham a oportunidade de adquirir muitas experiências, principalmente no que diz respeito à descoberta do seu mundo, do mundo do outro e ambos de si mesmos. Contudo, as diversas interações interpessoais que a rotina do dia a dia na escola pode oferecer são inúmeros sentimentos positivos, como por exemplo, são repletas de alegrias, questionamentos, lembranças, anseios, obstáculos, encantos, oportunidades, mudanças e conversações, promovendo assim observações sobre conteúdos fundamentais para o processo educativo (Pereira, *et al.*, 2023).

Dessa forma, é fundamental reconhecer a existência do racismo, na qual pode se manifestar em todas as dimensões da sociedade, além de se reproduzir de maneira inconsciente e involuntária no nosso dia a dia, inclusive entre aqueles que se esforçam para enfrentá-lo. Diante desse cenário, a formação de professores se revela um elemento crucial para a atuação dos educadores nas escolas, permitindo que eles adotem uma postura mais atenta às situações de discriminação racial, que muitas vezes passam despercebidas em virtude de sua forte naturalização em nossa sociedade (Barros, *et al.*, 2022).

A discriminação étnico-racial nas Instituições de Ensino se manifesta claramente bem na presença dos profissionais docentes e gestores, que frequentemente optam por desconsiderar as vivências dos alunos negros e negligenciam os aspectos étnicos do contexto escolar. Essas posturas apenas favorecem a exclusão das crianças negras, que já lidam com diversas formas de discriminação, como na representação em livros didáticos e na mídia (Lisbôa, 2021).

As instituições de ensino do país, como um âmbito destinado totalmente para a formação da cidadania, têm o dever de enfrentar o racismo e de fornecer inúmeras maneiras de enfrentamento e prevenção ao preconceito étnico-racial, porém, essa tarefa apenas só pode se tornar viável se houver a implementação de um projeto pedagógico que priorize o respeito a toda e qualquer diversidade étnica racial, abrangendo assim todas as áreas de ensino, englobando desde a Educação Infantil, nos anos iniciais até o Ensino Superior (Lima, *et al.*, 2021).

Nesse contexto, é fundamental que todas as instituições de ensino do país promovam o incentivo ao desenvolvimento e fortalecimento de reflexões críticas, para então formar cidadãos que valorizem e respeitem todas as diversidades étnico-raciais. É imprescindível que os profissionais educadores recebam capacitação complementar oferecida pelos órgãos estatais responsáveis pela educação, instruindo-os para atuação em sala de aula com os educandos e para o desenvolvimento da troca de saberes antirracistas (Danta e Lucini, 2024).

Para diversos profissionais educadores, o ato de trabalhar na área educacional do ensino infantil envolve aspectos sociais, suas atitudes éticas enquanto docente detentor do saber pedagógico e voltado com dedicação para a implementação de atividades efetivas educacionais. Com isso, toda essa representação indica o compromisso com a educação das futuras gerações de transformar o ambiente infantil em um espaço acolhedor, na qual crianças negras, indígenas, quilombolas, ciganas, da zona rural, urbana

e de povos tradicionais tenham o direito de serem recebidas e assistidas de forma integral, reconhecendo sua existência e lugar de espaço no mundo (Vieira e Carvalho, 2023).

Dentro do contexto pedagógico podemos elencar que é essencial que haja uma integração de profissionais multisetoriais da educação, além dos professores, como por exemplo, os coordenadores pedagógicos, os agentes administrativos e toda a comunidade escolar a qual a escola pertence, dessa forma, é preciso que todos estejam cientes sobre as temáticas dos livros didáticos implementados no projeto político pedagógico, de modo mais importantes na escola e a fomentar diálogos e aprofundar a educação antirracista na escola, além de combater a propagação de materiais que perpetuam estigmas e preconceitos contra a população negra, quilombola, ciganos, religião de matriz africana e povos tradicionais (Lima, *et al.*, 2021).

Todavia, implementar e promover a educação antirracista voltada para a diversidade étnico-racial no âmbito da Educação Infantil do nosso país significa principalmente oferecer a todas as crianças a mesma oportunidade de experimentar diferentes culturas e tradições importantes, permitindo assim que as mesmas conheçam de perto toda a história secular da população afrobrasileira, como também, sobre os seus costumes e as tradições milenares, sendo isso, uma parte da contribuição para a formação de valores significativos para o processo de ensino e aprendizagem (Silva, *et al.*, 2021).

Logo, se caracteriza como prioridade a inserção da temática antirracista dentro do processo pedagógico nas formações continuadas para os docentes, gestores e colaboradores do ensino escolar, com ênfase na Educação Infantil, dado que, esses conteúdos ajudarão a garantir a implementação de práticas antirracistas efetivas. Quanto à Educação Infantil é essencial que os educandos sejam estimulados e incentivados a explorar diferentes culturas através de interações coletivas e brincadeiras lúdicas.

Desta maneira, todas essas metodologias inovadoras podem acontecer nas mais diversificadas áreas de atividades, nas práticas pedagógicas que são inseridas no cotidiano das crianças, nos brinquedos pedagógicos, nas narrativas de histórias infantis e na musicalidade juntamente com instrumentais (Costa, *et al.*, 2022).

3. A IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO

A educação é a uma grande porta aberta para a transformação do indivíduo em um todo, sejam nos seus aspectos morais, éticos, sociais ou familiares, implicando diretamente no que se refere a sua mudança para se tornar um cidadão inserido na sociedade, pois na medida que passa a conhecer seus direitos e deveres por meio do processo de ensino e aprendizagem, o ser tende a seguir o percurso da vida de cidadão reconhecedor de seus direitos, mas que respeita os outros, sejam estes semelhantes ou não.

Há um modelo conhecido como capitalismo de produção para cidadania (Dickmann e Pertuzatti, 2016). Nessa perspectiva, a ideia primordial de cidadania e de ser um cidadão está ligada à conquista de direitos e deveres que se conectam mais precisamente ao sentimento de compatibilização social a uma determinada comunidade. Na atualidade, pode-se afirmar que isso está fortemente vinculado aos direitos sociais e deveres que são vistos e avaliados como importantes fatores intrínsecos em determinadas circunstâncias interativas sociais ou dentro de uma visão universal (Silva e Pereira, 2016).

Dentro desse cenário contemporâneo, o objetivo central de promover a educação voltada para a independência humana, ética, moral e social, ou seja, o empoderamento do indivíduo, fundamentada nas aptidões educacionais e na universalidade do ensino, enfrenta inúmeros obstáculos numa sociedade totalmente voltada para as propensões econômicas universais/globais. Portanto, esses objetivos globais influenciam a criação das políticas de educação, tanto do setor público como do setor privado, que se concretizam na elaboração das matrizes curriculares presentes em todas as áreas de ensino (Deon e Callai, 2018).

Os sistemas educacionais de ensino precisam garantir esforços totais para eliminar o analfabetismo, desigualdades e racismo, que ainda é muito presente. Afinal, como garantir o acesso universal à educação, para todos sem distinção, como também aprimorar a qualidade do ensino ofertado, além de promover o preparo dos educandos e futuros cidadãos para ingressarem no mercado de trabalho, sem fomentar o desenvolvimento humano?

Dessa forma, a educação é uma área de conhecimentos e aprendizagens de alta relevância para a cidadania, pois, ela é amplamente classificada e destacada como importante na formação de uma sociedade embasada pela democracia (Paula e Afonso, 2018).

Portanto, o objetivo principal é proporcionar e estimular a educação, contando integralmente com a participação efetiva da sociedade no processo de educação, visto que, os indivíduos possam se desenvolver completamente, contudo, se preparando para exercer a sua cidadania, com direitos e deveres, além de se qualificar para sua inserção no mercado de trabalho (Brasil, 1988).

Sob essa ótica educacional democrática, Carvalhêdo (2020), afirma que a integração completa da comunidade populacional pertencente a instituição de ensino se revela essencial para o estabelecimento da democratização sobre as decisões idealizadas dentro do espaço educacional de ensino, assim, contribuindo para que os membros envolvidos se comprometam com a atividade de implementação e a avaliação dessas ações estruturadas.

Em concordância educacional, o artigo 205º da Constituição Federal de 1988 apresenta ideais e pressupostos semelhantes aos que estão presentes no artigo 1º da LDB, na qual descreve a educação como algo totalmente desvinculado do contexto da educação formal, englobando dessa forma, os processos de formação pessoal que ocorrem dentro do âmbito familiar, mais precisamente na comunidade, como também nas interações sociais coletivas, no mercado de trabalho, nas instituições escolares e de pesquisas científicas, nos movimentos sociais centrais e periféricos, nas organizações da sociedade civil e nas expressões culturais e de tradições nacionais (Brasil, 1988; 1996).

Em vista desse enfoque, o estudante que faz parte do sistema de educação básica que, ao longo do percurso de sua formação educacional, assimila efetivamente os conceitos que estão relacionados ao respeito pelas inúmeras distinções sociais, étnico-raciais, culturais, de povos tradicionais, religiosas, população de faixa etária, fatores cognitivos sensoriais e de gêneros, inclusive, de reconhecer toda a importância dos princípios humanistas e da convivência entre cidadãos da mesma sociedade, tende a tornar-se mais ciente de seus direitos sociais e deveres, evoluindo dessa forma no desempenho de sua cidadania (Neto, *et al.*, 2019).

Diante disso, observa-se que a sociedade pode ser definida como um conjunto de indivíduos sociais que habitam um espaço específico no mundo, totalmente se apresentando de forma sistemática compartilhando e seguindo regras e normas, assim também como, tradições, culturas e metas, reflexões, entre outros aspectos determinantes (Santos, *et al.*, 2017).

Tendo em vista estas possibilidades, nas sociedades atuais, o total alcance dos direitos sociais dos cidadãos, como por exemplo, a educação, vem sendo desenvolvido

em meio a importantes transformações tanto na organização social como nas distintas formas de sociabilidade. Contudo, as reflexões sociais que vem sendo elencadas na esfera do direito social destacam o tipo de caráter presentes nos mais diversificados direitos que emergem na medida em que acontece a interação dos seres com outras formas de representações cidadãs (Silva e Pereira, 2016).

3.1 A ESCOLA COMO FATOR PRINCIPAL NO COMPROMISSO SOCIAL E POLÍTICO DA CIDADANIA

Ser um bom cidadão implica diretamente no seu modo de ser, é um reflexo dos seus princípios éticos e de caráter, porém, para formação dos cidadãos, pessoas de condutas íntegras, precisamos do processo educacional e da educação.

Posto isto, a instituição de ensino, Escola, visto como um projeto oriundo da Humanidade, exerce uma função fundamental na evolução da Cidadania em sociedade na reconstrução do percurso central do universo em direção aos princípios democráticos, presentes no modelo de Estado Democrático.

Deste modo, ela se configura como um ambiente propício e essencial para a formação, como também para a socialização coletiva, além de ser considerado um lugar contínuo para os educandos poderem vivenciar experiências sociais, como também para o desenvolvimento de conexões amistosas e interpessoais (Nogueira, 2015).

Por conseguinte, os autores Paula e Afonso (2018), enfatizam que é primordial que seja inserido na matriz curricular das escolas o ensino das temáticas que envolvam os princípios fundamentais relacionados ao desempenho do sistema organizacional político e também à estrutura e composição do Estado Brasileiro. Portanto, essa inserção dos conteúdos é essencial para que o desempenho da cidadania dos educandos no processo político-democrático ultrapasse as margens do ensino formal, além do ato democrático de votar.

Dessa forma, o indivíduo é determinado pela sua cidadania como um sujeito político e reflexivo, principalmente ao reconhecer a efetivação de seus direitos e deveres em relação direta ao Estado. Com isso, se faz de grande importância destacar a necessidade de melhoria dos métodos e instrumentos utilizados que objetivam promover uma relação de interesses comuns mais justa e produtiva entre o Estado e o cidadão devidamente inserido na sociedade (Oliveira e Siqueira Jr, 2007).

Ser um bom cidadão tem um significado muito importante para a sociedade contemporânea, nisso, os autores Serrano e Martinez (2017), afirmam que ser um cidadão significa assumir responsabilidades e de ter a oportunidade de colaborar na gestão pública, que implica no que é de direitos para todos: ter o direito de participar de todos os processos estatais e públicos. Contudo, pode-se afirmar que a cidadania está profundamente ligada à democracia e a sua execução.

Enquanto isso, a cidadania é notada como uma representação da proteção de direitos considerados fundamentais, onde mais precisamente influencia na distribuição de recursos e de domínio de poder na sociedade.

Por outro lado, a área da educação, no momento em que é abordada como um método para incitar a consciência dos alunos sobre sua função enquanto sujeito capaz de mudar a realidade do mundo, ou seja, os educandos têm o incrível potencial de transformar a mecânica de proliferação das desigualdades sociais. Independentemente de sua superior relevância enquanto área formadora, a técnica de utilizar a educação para a progressão da cidadania tem sido vista como escassa na atualidade contemporânea (Perez, *et al.*, 2016).

De acordo com a autora Benevides (2013), pode-se apontar que a cidadania e os direitos a ela vinculados referem-se em um todo a um sistema político e jurídico instituído na jurisdição de um país ou Estado Governante, em que uma Constituição Nacional determina e certifica quem é apontado como cidadão, assim como os benefícios e incumbências correspondentes a cidadania, na qual costumam variar conforme alguns fatores determinantes, como idade, estado civil, saúde física e mental, entre outros.

No entanto, quando se entende a cidadania como um ato político de cooperação e reconhecimento de que há uma política indiferente existente, ou seja, uma política intencional que evita o envolvimento dos indivíduos na designação dos parâmetros da vida em sociedade, é também considerado um método característico sobre o ato de participar, onde não é suficiente para abarcar todos os conceitos da cidadania. Todavia, isso se deve ao fato de que, para realmente integrar a prerrogativa, é necessário que tenha compreensão acerca de inúmeros questionamentos: com que princípios, por quais motivações, com que objetivos, de qual forma, em quais espaços e com quais propensões se está participando da cidadania (Martins, 2024).

Nesse mesmo contexto, trazendo a definição para a visão popular, melhor dizendo, para o senso comum, a palavra cidadão pode ser considerada aquele indivíduo

que exerce um trabalho específico, na qual gera diversas produções, escolhe seus líderes políticos partidários e faz sua parte enquanto ser integrado à sociedade.

Em uma ou outra das perspectivas da visão popular de cidadania e educação acima, prevalecem os fundamentos mercantis, que indicam que todos os empenhos da sociedade precisam ter direcionamento total para a concepção e a conservação do complexo do capitalismo financeiro (Perez, *et al.*, 2016).

Além do mais, o conceito de cidadania é muito abrangente e engloba inúmeras premissas, porém, cidadania é essencialmente tudo aquilo que envolve a natureza política e não que está vinculado, obrigatoriamente, a todos os valores universais existentes, mas sim, são as escolhas sociais e políticas.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS

Com a finalidade de abranger todos os objetivos propostos na pesquisa de campo, definiu-se realizar o estudo do tipo descritivo com abordagem qualitativa e mediada pela metodologia científica de estudo de campo, guiada pelo instrumento de coleta de dados do tipo questionário, sendo posteriormente analisados os resultados de maneira descritiva e bibliográfica. Com isso, a pesquisa qualitativa pode ser vista como um método de conhecimento científico, na qual sugere que os pesquisadores estudem dados descritivos sobre as situações ou os fenômenos que estejam correlacionados diretamente com a problemática evidenciada no estudo, visto que, os estudos descritivos exprimem a realidade (Calil e Arruda, 2004).

Portanto, o conhecimento científico pode ser definido como um saber comum, na qual é adquirido através de formas metodológicas objetivando a explanação de fenômenos e objetos que estão inseridos mundo ao nosso redor, utilizando assim normas científicas que qualificam esse conhecimento desenvolvido. Além disso, o saber científico atenta-se diretamente aos fatores e evidências que são apresentados, ou seja, é um conhecimento baseado em fatos e verificações (Barros, 1990; Matos, 2002; Prodanov e Freitas, 2013).

O campo das pesquisas científicas tem um papel muito importante na formação do docente enquanto educador e detentor de conhecimentos científicos, contudo, é necessário que o mesmo busque por esses saberes através de pesquisas educacionais que visem o crescimento e desenvolvimento da comunidade científica, que implica diretamente na inovação das metodologias de ensino e aprendizagem.

Por conseguinte, a pesquisa científica é classificada de acordo com seus objetivos educacionais, ou seja, de acordo com seus fins, portanto, ela pode ser classificada como os fins que se destina, sendo eles, a pesquisa teórica, na qual compreende a resolução de conceitos e discussões idealizadas e teóricas, a pesquisa metodológica, que consiste no desenvolvimento de estudos de fatores metodológicos, e por último, a pesquisa empírica, na qual consiste na elaboração de levantamentos de fatos empíricos que servem de comprovação para afirmações hipotéticas.

Além dessas, ainda é possível elencar outras duas em favor dos seus fins, sendo, a pesquisa pura ou básica, que compreende as formas do conhecer por conhecer e a pesquisa aplicada ou prática, que consiste o principal motivo da pesquisa que é a

necessidade do pesquisador em aprender sobre determinado assunto, com fins práticos (Barros, 1990; Matos, 2002; Prodanov e Freitas, 2013).

A metodologia científica do tipo estudo de campo pauta-se no

aprofundamento das questões propostas. [...] Já no estudo de campo, estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes. Dessa forma, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação (GIL, 2009, p. 53).

Nesse contexto, o estudo foi realizado em uma Escola Pública Municipal do município de Cajazeiras/PB, especificamente com a turma do Pré-Escolar I. A instituição escolar está localizada na cidade de Cajazeiras, no estado da Paraíba, sendo esta, uma escola Pública da Esfera Municipal que oferece, o Ensino Fundamental - anos iniciais 1º ao 5º e a pré-escola (Ensino Infantil).

“No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo” (Gil, 2009, p. 53). Assim, menciono que estive direta e pessoalmente aplicando o questionário e em processo de observação das atividades ocorridas ali, na escola.

É integrante desse estudo a profissional docente que atua diretamente na educação infantil da escola supracitada. Contudo, por ser uma escola de pequeno porte e com poucos recursos, atualmente a Escola Municipal disponibiliza apenas uma turma para a Educação do Ensino Infantil, o Pré-Escolar I, sendo, portanto, ofertada pelo turno da manhã, conduzida por uma pedagoga pertencente ao quadro de funcionários da instituição.

A pesquisa de campo foi desenvolvida através da coleta de dados por meio da utilização e aplicação de um questionário norteador sobre a problemática do racismo e das práticas antirracistas nessa instituição de ensino, mais precisamente no Pré I, visto que, o questionário é considerado um dos mais importantes instrumentos de coleta de dados nas pesquisas científicas, sendo constituído por uma série ordenada de perguntas estruturadas, que devem ser respondidas de acordo com as temáticas definidas anteriormente (Oliveira, *et. al*, 2016).

Portanto, a análise dos dados foi elaborada por meio de reflexões de cunho científico com base em estudos bibliográficos com correlação direta com os dados que foram adquiridos através do questionário implementado e respondido pela docente responsável pelo ensino infantil da Escola Pública Municipal resultando assim na análise

dos dados de modo reflexivo sobre a teoria e a realidade do ensino infantil no que diz respeito as práticas antirracistas no Brasil.

Para a realização da pesquisa foi enviado uma solicitação para a gestora a frente da direção da Escola Pública Municipal, solicitando a autorização necessária para a realização da pesquisa na escola. Além disso, a escola foi esclarecida quanto aos objetivos e métodos da pesquisa, por meio das informações contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que será apresentado no momento da coleta dos dados.

Dessa forma, nesta pesquisa será respeitado o anonimato dos envolvidos, baseado na Resolução nº 466/2012 que envolve seres humanos (BRASIL, 2012).

4.1. ANÁLISES DOS DADOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise e a discussão dos dados aqui apresentados visam promover uma reflexão crítica e com base científica sobre a indagação norteadora do estudo de campo, na qual diz respeito sobre se “*é possível uma educação sem racismo*”, mais precisamente na educação do Ensino Infantil da Pública Municipal, situada na cidade de Cajazeiras, no alto sertão da Paraíba.

A escolha da Escola supracitada acima para a realização da pesquisa se deu a partir da vivência que tive no Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Campus Cajazeiras, na qual fui bem acolhido por todos os profissionais da instituição, principalmente pela Diretora Institucional e pela Professora responsável pela turma do Pré-escolar.

Nessa perspectiva, a escola opera em período integral, tanto pela manhã quanto à tarde, atendendo às famílias moradoras das áreas vizinhas periféricas que necessitam deste serviço. Além disso, a instituição conta com uma estrutura recém-reformada e uma infraestrutura adequada, incluindo saneamento básico, pavimentação, iluminação elétrica e fácil acesso para todos os habitantes da região onde está situada.

A configuração física do ambiente da Escola Pública Municipal oferece um bom nível de conforto a todos que o utilizam. A instituição conta com instalações modernas, incluindo salas decoradas com temas educativos, pátios de recreação equipados com brinquedos que estimulam a cognição e a motricidade, salas de mídia dotadas de

televisores e projetores, além de um refeitório acessível, proporcionando o que há de melhor em metodologias lúdicas.

Com isso, a coleta das informações sobre a temática exposta no estudo foram realizadas no mês de outubro de 2024, onde foi obtido os dados através de um entrevista semiestruturada, que incluiu perguntas objetivas de cunho pessoal e profissional sobre o racismo e as práticas antirracistas na turma do Pré-Escolar, sendo, a docente entrevistada nomeada neste estudo de Professora Cris (nome fictício), para então manter o sigilo da identidade da participante da pesquisa.

Dessa forma, com o intuito de facilitar o leitor sobre a compreensão dos dados coletados nesta pesquisa de campo, a análise e discussão a seguir foram segmentadas em três tópicos temáticos compostos por seis questões norteadoras presentes no questionário (Apêndice A), sendo, no primeiro tópico sobre o que é o racismo e as práticas antirracistas, as questões: *1- você sabe o que é o racismo? Se sim, cite algum tipo de racismo;* e *2- você sabe o que são práticas antirracistas? Se sim, conhece alguma? Qual?*.

No segundo tópico abordaremos sobre a presença do racismo no cotidiano rotineiro da escola, como também se o docente entrevistado realizou alguma ação de intervenção, na qual pode elencar as seguintes questões norteadoras, *3- Você já presenciou algum ato de racismo no âmbito escolar?* e *4- Você já entrevistou de alguma forma?*

Já o terceiro tópico traz a abordagem sobre a formação continuada dos docentes sobre as práticas antirracistas, como também, sobre o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico com temáticas étnico-raciais, sendo as seguintes questões, *5- Você pensa ser importante a implementação de formação continuada para os docentes sobre as questões étnicos raciais?*, e *6- Durante o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da sua escola, é pautado algumas questões étnicas raciais?*

4.2 PRIMEIRO TÓPICO: AS VERTENTES REFLEXIVAS SOBRE O QUE É O RACISMO E CONSEQUENTEMENTE SOBRE AS PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

No primeiro tópico trazemos as seguintes questões norteadoras: *1- você sabe o que é racismo? Se sim, cite algum tipo de racismo;* e *2- você sabe o que são práticas antirracistas? Se sim, conhece alguma? Qual?* Questões essas, que são inseridas na

temática sobre o conhecimento docente acerca dos conceitos e tipos de racismo e práticas antirracistas, principalmente no âmbito da educação infantil.

Nesse sentido, os autores Cerqueira e Moura (2014) afirmam que o racismo é uma forma característica e intrínseca de discriminação étnico-racial, nas quais, a cor da pele, assim também como, o tipo da raça do sujeito, tende de certa maneira influenciar diretamente na forma de acolhimento pelos outros indivíduos da sociedade, deste modo, levando à limitação de possíveis chances nas áreas sociais e econômicas, ou até mesmo ao isolamento social.

Com isso, a professora Cris respondeu: “sei o que é o racismo”. Todo profissional docente deve ter em suas bases teóricas o conhecimento pleno sobre a definição e características que envolvem racismo, para saber identificá-lo e combatê-lo.

Todavia, o preconceito racial, ou racismo, ainda pode ser entendido na maioria das vezes, como uma ação que é frequentemente manifestada no meio das relações interpessoais entre os educandos dentro e fora do âmbito escolar, sendo que, isso decorre principalmente da insuficiência de saberes necessários sobre a diversidade étnico-racial. Por outro lado, é essencial que o docente exerça na sua classe de aula a então consciência ética, moral e cultural, assim viabilizando que os alunos expandem suas competências primordiais, como por exemplo, de criar princípios, alcançar conhecimentos e comporta-se de modo adequado com esses princípios éticos e morais (Tuono e Vaz, 2017).

Desse modo, o racismo funciona enquanto um tipo de ferramenta que possibilita a concepção de entendimentos totalmente desvirtuados acerca da história e cultura da população negra, conseqüentemente conectando inúmeros fatores determinantes, de certa forma considerados representativos para corroborar e fundamentar a sistematização hierárquica entre os indivíduos da sociedade (Gomes, 2008).

Logo, os autores Cavalcante e Reis (2020), afirmam que é possível observar a existência de diversos obstáculos referentes ao enfrentamento do racismo que surgem dentro do âmbito da sociedade, sendo que, esses desafios precisam ser expostos através de discussões reflexivas e por meio da desconstrução social. Contudo, o preconceito e estigma contra a população negra no Brasil, ainda permanece em um disfarce embasado pela ilusão de um determinado tipo de linguagem acerca da democracia racial, o que torna essencial a implementação de ações resolutivas, ou seja, práticas antirracistas, totalmente imprescindíveis para que ajudem a transformar a sociedade atual e extinguir o preconceito étnico-racial que ainda é enraizado no nosso país.

Contudo, apesar de afirmar que sabe o que é racismo, a professora Cris respondeu não saber o que significam as práticas antirracistas, além disso, a mesma não soube elencar algum tipo de ação ou prática que diminua os atos racistas dentro e fora do ambiente educacional.

Como combater situações de racismo na escola, em especial na educação infantil, se há professores que não compreendem quais atividades poderiam ser classificadas como antirracista? Compreender sobre educação antirracista faz parte de uma boa base de cidadania. É preciso que os professores tenham saberes suficientes sobre a Educação Antirracista para lidarem com todos os tipos de situações voltadas para o preconceito étnico-racial.

Nessa perspectiva, Sousa, *et al.*, (2022), afirmam que definir sobre os conceitos acerca da Educação Antirracista não é um trabalho muito simples, pois necessita de uma atenção maior nos seus significados, porém, pode-se conceituar a Educação Antirracista como um tipo de sistema educacional que dispõe de um comprometimento legítimo na ação de promover políticas educacionais direcionadas para a mobilização e a compreensão das práticas antirracistas no âmbito escolar.

No mais, a idealização e implementação dessas pedagogias de cunho antirracistas, conceitos dentro da área educacional, pode se apresentar como uma incumbência à frente do crescimento absurdo do conservadorismo e das predisposições sobre a antidemocracia na sociedade atual, seja no nosso país, como também, em todo o mundo (Reis e Calado, 2020).

Entretanto, as políticas de ensino e educação no Brasil ainda persistem em se apresentarem como insatisfatórias para o enfrentamento de todas as desigualdades raciais, que de certa maneira influenciaram no decorrer da história da população negra, como por exemplo, no acesso a educação, no prosseguimento do ensino e no processo de promoção do conhecimento de crianças e adolescentes negros nas instituições escolares do nosso país. Ainda mais, o percurso estudantil dos educandos negros ao longo de todas as grades curriculares de formação é considerado também uma das razões de maior preocupação para a educação antirracista, pois o docente precisa ter a noção das práticas antirracistas para facilitar o percurso (Carvalho e França, 2019).

Desta forma, o desconhecimento por parte da Professora Cris sobre o significado das práticas antirracistas, ou educação antirracista, assim também, como de alguns tipos de exemplos desses métodos pedagógicos, reflete diretamente no que os autores Tuono e Vaz (2017) afirmam, na qual, especificam a existência de determinados profissionais

educadores que por desconhecer as nuances do racismo e das práticas antirracistas acabam por não favorecer o processo de enfrentamento ao racismo nas instituições educacionais. Embora a implementação das diretrizes deliberadas pelo poder legislativo do país, esses educadores com ausência de formação complementar favorecem precisamente na propagação e padronização das práticas de preconceito étnico-racial, podendo ser através dos seus métodos pedagógicos de ensino adotados, de suas declarações ou de ações metodológicas que garantem a realidade do racismo nas escolas.

4.3 SEGUNDO TÓPICO: ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DOCENTE FRENTE ÀS PRÁTICAS DE DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO COTIDIANO ESCOLAR

No segundo tópico trazemos as seguintes questões norteadoras: 3- *Você já presenciou algum ato de racismo no âmbito escolar?* , e 4- *Você já interviu de alguma forma?*. Indagações referentes à presença do preconceito e estigma racial na escola, assim como o cotidiano de acontecimento desses atos e atuação do professor quando se ver frente a essas práticas de racismo.

A professora Cris respondeu que já presenciou algum ato de preconceito racial na escola e que teve que intervir de alguma forma diante dessa situação de racismo, sendo que, essas ações são bem comuns no dia-a-dia do mais do que imaginamos. Existe uma grande diversidade de etnias e raças que são evidenciadas de forma rotineira nos ambientes escolares, tanto através de seus integrantes, podendo ser os funcionários da instituição e as crianças predominantemente negras, quanto por meio do ambiente, na qual é predominantemente influenciado pelas tradições do continente Europeu, além das interações coletivas que acontecem na escola (Souza e Dinis, 2019).

Sob o mesmo de ponto de vista, as práticas e relações racistas são fundadas na construção social e histórica do Brasil, ou seja, são enraizados na cultura do país, é algo que não é extinguido de uma vez, mas sim progressivamente, portanto é visto com certa frequência, além de serem observadas em outras situações, como quando a população afrobrasileira é caracterizada apenas sob características negativas, como por exemplo, o retrato da época da escravidão, ou festividades tradicionais racistas, como datas comemorativas específicas, sem que haja uma valorização de exemplos positivos concretos da cultura e história das pessoas negras, na qual vão bem além de apenas estereótipos ou espetacularizações (Pontes, *et al.*, 2018).

Com isso, é possível afirmar que o racismo se mantém presente nas mais diversificadas áreas da base estrutural do país, podendo ser, na educação, na saúde, na política, e, em especial, no âmbito escolar.

Portanto, é pautado que desde o nascimento, a população negra vivencia essa dura realidade social, tornando-se fundamental o aperfeiçoamento de conteúdos relacionados à raça e etnia. Dessa maneira, é primordial que os professores entendam que é possível realizar o ato de promoção de uma educação antirracista, juntamente com suas práticas metodológicas e afetivas, que ajudam a contribuir para o desenvolvimento e crescimento humano de maneira benéfica, objetivando à concepção de uma sociedade menos preconceituosa e estigmatizada (Gabriel e Blasius, 2023).

De fato, é notório que a ausência de um preparo dos profissionais docentes e também das instituições educacionais para o enfrentamento contra todo tipo de racismo, preconceito e de discriminação, que estão presentes nas unidades de ensino e aprendizagem contribui perfeitamente para o aumento considerado dessas ações racistas, sendo assim, o educador despreparado ignora totalmente as consequências que podem acarretar a todos os envolvidos (Carapello, 2020).

No entanto, em contrapartida, pode-se elencar que as inúmeras transformações que podem manifestar-se de uma postura determinada na formação complementar dos docentes, a respeito das questões raciais e do enfrentamento a preconceito étnico-racial, são elementos importantes do processo de descolonização das concepções e da matriz curricular.

Dessa forma, esse processo é considerado fundamental tanto para a sistema de ensino da educação básica quanto para a educação do ensino superior, mais precisamente, dentro de um contexto social como o atual, no qual há uma busca ao fundamentalismo religioso e ao conservadorismo político (Gomes, 2021).

Como afirmam Ponce e Ferrari (2022), a educação quando voltada para o ensino e aprendizagem das relações étnico-raciais pode ser entendida como uma política pública educacional de matriz de currículo, que objetiva o combate ao racismo e todas suas formas.

4.4 TERCEIRO TÓPICO: FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES ACERCA DAS CONCEPÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS

No terceiro tópico abordaremos as seguintes questões norteadoras: 5- *Você pensa ser importante a implementação de formação continuada para os docentes sobre as questões étnicos raciais?*, e 6- *Durante o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da sua escola, é pautado algumas questões étnicas raciais?*

Questões estas que abordam a implementação de formação complementar para os profissionais docentes sobre as práticas antirracistas, além da inserção das temáticas étnico-raciais no Projeto Político Pedagógico da escola.

A professora Cris apontou que julga importante a formação continuada dos professores, principalmente no que diz respeito sobre as temáticas étnico-raciais, como por exemplo, o racismo e as práticas antirracistas. Portanto, a formação complementar de educadores, tanto a inicial quanto a continuada (permanente), devem ser efetivamente realizadas e caracteriza-se como um espaço único, na qual não se limita apenas para a reflexões críticas e discussões dessas temáticas, mas, também para o progresso e realização de propostas com o intuito de permitir explorar com maestria novas direções e desenvolvimento a respeito das diversidades culturais no âmbito educacional (Canen e Giseli, 2011).

Em vista disso, para que sejam realizadas as conversações reflexivas acerca das temáticas étnico-raciais nas instituições escolares, é interessante considerar que existe um integrante fundamental nesse processo, que é o profissional docente.

Eventualmente, se faz preciso observar até que ponto a formação pedagógica desse professor vem possibilitando a abordagem desses conteúdos de modo construtivo e interligado com a educação para a cidadania do educando, com isso, incluindo o enfrentamento contra todos os tipos de preconceitos (Jesus, *et al.*, 2019).

Considerando este cenário específico, é importante que os programas de formação complementar introduzam a temática da desconstrução de concepções racistas que estão imensamente enraizadas na nossa sociedade. Do mesmo modo, pode-se salientar a importância da sensibilização dos educadores em relação com os atos racistas que por muitas das vezes, se encontram normalizados em suas práticas educacionais, o que de certa forma compromete a implantação de uma educação antirracista e coopera para alastramento e a ininterrupção do racismo (Silva e Dias, 2018).

Portanto, é possível afirmar que o Brasil vem enfrentando um grande desafio de possibilitar uma transição epistemológica na formação pedagógica de docentes no país, principalmente devido a algumas políticas públicas sem eficácia antirracista. Essa transformação objetiva o desenvolvimento de uma didática sobre as relações étnico-raciais que transcenda as dicotomias entre a conjuntura escolar e não-escolar, assim também, como entre o cultural e o político, que de uma maneira ou outra ainda tendem a se evidenciar em inúmeros currículos escolares e nas práticas de formação docente inicial ou continuada (Rodrigues e Silva, 2021).

Além disso, sob essa mesma visão, a professora Cris respondeu que durante a elaboração e planejamento do Projeto Político Pedagógico da Escola Pública Municipal são elencadas as questões étnico-raciais.

Vale lembrar que a Lei 11.645/08 exige, obrigatoriamente, que todos os currículos escolares do país introduzam o ensino da História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas. Temos, então, a possibilidade de uma educação que identifique e enalteça toda a diversidade étnico-racial presentes em nosso país.

Mas, a dificuldade da implementação dessas temáticas na prática educacional consiste na forma como irão ser abordados esses conteúdos dentro da sala de aula, de modo a impossibilitar o crescimento contínuo do racismo, para então haver o destaque da imensidão cultural e étnica que se apresentam no Brasil (Siqueira e Sehn, 2017).

Dessa forma, é visto como uma responsabilidade de todos os profissionais educadores, seguir e executar as diretrizes e os deveres educacionais exigidos pela lei em nosso país.

Por isso, salienta-se que uma das razões que colaboram efetivamente para a continuação do preconceito de etnias e raças, é a dificuldade extrema em que a maior parte dos educadores enfrentam para identificar a presença de problemáticas sobre as relações étnico-raciais, principalmente dentro do contexto escolar, visto que, sem essa prática de conscientização social, transfigura-se, de certa maneira, impossível para certos professores lidarem contra as práticas de racismo (Castro, *et al.*, 2024).

Diante desse contexto, os educadores precisam incentivar e promover debates reflexivos dentro da sala de aula, sendo, a respeito dos mais diversificados processos de transformações socioculturais que acontecem na sociedade contemporânea. O objetivo dessas discussões é de abordar com os educandos os mais variados grupos culturais existentes e promover o pensamento acerca da sua identidade interpessoal, além de proporcionar relações étnico-raciais mais produtivas (Jesus e Lopes, 2018).

Nessa perspectiva, a Escola Pública Municipal oferta em seu PPP temáticas que propõe a implementação de práticas antirracistas na Educação Infantil e no Ensino fundamental (Anos iniciais), sendo esta, uma escola de região periférica que abrange muitas famílias da população negra do bairro Cristo Reis em Cajazeiras-PB, caracterizando-se como um ponto positivo no enfrentamento ao racismo e a promoção de práticas antirracistas pelos cidadãos mais conscientes de seu lugar e papel social.

Afinal, que cidadãos se pretende formar? Cidadãos livres de amarras de discriminação e preconceito. Cidadãos verdadeiramente aportados na cidadania.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preconceito contra as etnias e raças, ou racismo, é conhecido no mundo todo como um ato de crime de ódio contra um determinado grupo de pessoas, mais precisamente, da população negra, podendo acontecer nas ruas, nos ambientes públicos, na escola, na comunidade entre outros. A prática racista é algo que está enraizado nas profundezas da sociedade, sendo esta, uma ação perpetuada até os dias de hoje, no nosso cotidiano.

Portanto, este estudo objetivou analisar e refletir sobre uma educação sem racismo, que se inicia desde a Educação Infantil. Para isto, foi entrevistada uma docente da educação infantil, de uma escola pública municipal de Cajazeiras/PB, com o intuito de compreender se esta percebe atos racistas em seu meio. Este trabalho também se preocupou em enfatizar que é necessário formar bons/boas cidadãos/cidadãs desde a educação infantil, desprovidos de preconceito e discriminação. Isto também se aprende na escola.

É possível sim uma educação sem racismo, mas para que isso aconteça é preciso a implementação de práticas antirracistas que visem a anulação total do racismo em todas as suas formas, e que se tenha por objetivo formar educandos capazes de exercer sua cidadania com ética e moral.

Nesse contexto, a educação é a principal porta de acesso para essa diminuição dos índices de racismo no mundo, o conhecimento antirracista interligado diretamente com o profissional docente, se caracterizam como a peça fundamental para todo esse processo de ensino e aprendizagem sobre as relações étnico-raciais, pois, com a formação adequada sobre as práticas antirracistas, o professor saberá atuar perante situações de preconceito e assim desenvolver metodologias inovadoras voltadas para a formação cidadã do seu educando.

A escola desempenha uma tarefa essencial nesse processo, visto que, é no âmbito escolar que acontecem a maioria dos casos de racismo e é nesse espaço que o ser terá seus primeiros contatos interativos e sociais. Assim, essa é uma discussão que não pode ser realizada apenas em 20 de novembro, no dia da consciência negra, com uma atividade pontual e estanque. Essa discussão precisa perdurar da educação infantil até o ensino superior, dadas as devidas proporções e aprofundamentos. A promoção de uma educação antirracista nas escolas é de extrema necessidade e contribuirá, positivamente, para uma educação cidadã e de qualidade.

Além disso, a instituição escolar deve ofertar formação continuada para os seus docentes, em parceria com os órgãos públicos da Esfera de Governo que compreende a escola. Com isso, a participante do estudo, a professora Cris, se mostrou uma profissional conhecedora do racismo e de atos racistas, tendo que, por vezes, intervir e propagar o conhecimento sobre a diversidade para amenizar as causas e consequências do racismo entre seus alunos. Contudo, em algum momento a mesma não soube responder sobre o que significavam as práticas antirracistas, conformando a necessidade de formações continuadas para os docentes sobre a temática da educação étnico-racial. Um/a professor/a capacitado acerca das práticas antirracistas, tem maior probabilidade de contribuir positivamente com a implementação da Educação Antirracista nas escolas, visto que, há muitos obstáculos que dificultam a inserção dessas políticas públicas no ambiente escolar e de seus currículos.

Por fim, entendemos que há muito ainda a ser realizado, principalmente no que diz respeito sobre a evolução das Políticas Públicas acerca das questões étnico-raciais na cidade de Cajazeiras-PB, tendo em vista a efetivação da implementação de uma gerência municipal voltada para a Promoção da Igualdade Racial, na qual mesmo existindo, é visto que há necessidade de uma maior ampliação na cobertura dessas políticas públicas, mais precisamente na relação entre os órgãos municipais e as instituições de ensino, para que juntos busquem o aumento do enfrentamento ao racismo.

Com isso, esperamos que este estudo abra portas a novos estudos sobre o tema da compreensão do racismo, pois este está tão enraizado na nossa sociedade brasileira que pode passar despercebido, através de piadas, e de abordagens consideradas comuns, mas que podem ser racistas e pejorativas. Precisamos de práticas antirracistas, de uma educação antirracista, desde a educação infantil, com vistas a incidir positiva e diretamente na formação dos nossos cidadãos.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. Pesquisa, Formação e Prática Docente. *In: O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. Papyrus Editora, 2001.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação. **Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade**, p. 95-103, 2013.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. (Cap. I - Conhecimento Científico - p.11- 14); (Cap. II - Iniciação Científica e Formação do Pesquisador – p.20-26); (Cap. III- Pesquisa Científica – p.29-35).

BARROS, Tainara Batista, *et al.* O estado da arte das pesquisas sobre antirracismo na Educação Infantil (2013-2021). **Práxis Educativa**, v. 17, 2022.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e direitos humanos**. 2013.

BORGES, Juliana Moreira; MALETTA, Ana Paula Braz. Ajude-me a fazer parte: por uma prática pedagógica antirracista na educação infantil. **Zero-a-seis**, v. 25, n. 47, p. 133-156, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

CANEN, Ana; XAVIER, Giseli Pereli de Moura. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, p. 641-661, 2011.

CARAPELLO, Raquel. O racismo camuflado pelo Bullying. **Revista Educação-UNG-Ser**, v. 15, n. 1, p. 171-178, 2020.

CARVALHÊDO, Josania Lima Portela. Gestão da escola básica pública e BNCC: quais as implicações?. **Revista Exitus**, v. 10, 2020.

CARVALHO, Daniela Melo da Silva; FRANÇA, Dalila Xavier de. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. **Revista Educação & Formação**, v. 4, n. 3, p. 148-168, 2019.

CASTRO, Betel Pereira de, *et al.* Educação das Relações Étnico-Raciais no cotidiano de uma escola municipal em Macapá-AP. **Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino**, v. 1, n. 19, 2024.

CAVALCANTE, Lígia Vieira da Silva; REIS, Geilson de Arruda. Crateús na luta contra o racismo: reflexões docentes de uma atividade em espaço educativo não-formal. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e181996772-e181996772, 2020.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Formação de Educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. *In: Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. Selo Negro, 2001.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; MOURA, Rodrigo Leandro de. Vidas perdidas e racismo no Brasil. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 22, n. 1, p. 73-90, 2014.

COSTA, Samara Rosa da, *et al.* Literatura infantil e reflexões antirracistas no cotidiano da primeira infância. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, n. 39, p. 125-139, 2022.

DANTAS, Cristiane Feitoza; LUCINI, Marizete. Práticas Educativas Relevantes para o Desenvolvimento do Antirracismo Na Educação Infantil. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, n. 13, 2024.

DEON, Alana Rigo; CALLAI, Helena Copetti. A educação escolar e a geografia como possibilidades de formação para a cidadania. *Contexto & Educação*, Ed. Unijuí, Ano, v. 33, 2018.

DICKMANN, Ivo; PERTUZATTI, Ieda. Uma visão panorâmica da LDB à BNCC: as políticas públicas de alfabetização, letramento e suas relações com a cultura corporal na Educação Física. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 113-129, 2016.

GABRIEL, Olívia Alexsander; BLASIUS, Luciano. A Afetividade para a Desconstrução do Racismo e da Desigualdade Afetiva na Educação Infantil. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 6, n. 2, p. 156-168, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, 2011.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de filosofia Aurora**, v. 33, n. 59, p. 435-454, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Autêntica Editora, 2008.

GUIMARÃES, Daniela de Oliveira, *et al.* Educação Infantil pós-LDB/1996: formação inicial de professores e práticas pedagógicas. **Revista Contemporânea de Educação, Niterói**, v. 12, n. 24, p. 362-379, 2017.

JESUS, Jeobergna de, *et al.* Relações étnico-raciais e o ensino de ciências: um mapeamento das pesquisas sobre o tema. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 28, n. 55, p. 221-236, 2019.

- JESUS, Maria Camila Lima Brito de; LOPES, Edinéia Tavares. Questões Étnico-Raciais nas Licenciaturas em Química e Física de uma Universidade Federal Nordestina. **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 372-382, 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. Prática Educativa, Pedagogia e Didática. *In: Didática*. Cortez Editora, 1990.
- LIMA, Alice Miranda de, *et al.* Educação Antirracista: Reflexões Sobre Preconceito e Discriminação Racial Na Educação Infantil. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, v. 9, n. 14, p. e142005-e142005, 2021.
- LIMA, Denise Maria Soares. Práticas antirracistas em sala de aula: Caminhos para a escola cidadã. **Educere**, v. 16, n. 55, p. 257-266, 2012.
- LISBÔA, Gabriela Araujo de Santana. Currículo e práticas pedagógicas antirracistas na educação infantil. **Anais do XV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, 2021.
- LUZ, Fabiana Cristina da. Perfil racial docente e a educação para relações étnico-raciais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 53, p. e10032, 2023.
- MARTINS, Marcos Francisco. Cidadania nos cursos de Pedagogia: uma análise de projetos político-pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 105, p. e5780, 2024.
- MOREIRA, Antônio Flávio. A Questão Racial na Escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. *In: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Editora Vozes Limitada, 2012.
- NETO, Antônio Rodrigues, *et al.* Direito à educação cidadã: reflexões sobre o Programa Escola Sem Partido. **Educação em Revista**, v. 20, p. 83-98, 2019.
- NOGUEIRA, Fernanda. O Espaço e o Tempo da Cidadania na Educação. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, p. 7-32, 2015.
- OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado; SIQUEIRA JR, Paulo Hamilton. Direitos humanos e cidadania. **São Paulo: RT**, 2007.
- PADILHA, Alexandra da Silva; ZILBERSTEIN, Jacqueline. A construção de um projeto de educação antirracista na educação infantil em uma EMEF: relatos de experiências e primeiros movimentos. **Cadernos de Aplicação**, v. 33, n. 2, 2020.
- PAULA, Marcelo Torres de; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Formação de Jovens para a Participação Política e o Exercício da Cidadania: uma intercessão entre direito e educação. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 8, n. 16, 2018.
- PEREIRA, Valdilanne Guimarães *et al.* Ei, você! Qual é a sua cor?: práxis antirracista e a construção da identidade na educação infantil. **Zero-a-seis**, v. 25, n. 48, p. 1005-1024, 2023.

- PEREZ, Olívia Cristina *et al.* Imbricações entre cidadania e educação. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 4, n. 3, p. 43-50, 2016.
- PONCE, Branca Jurema; FERRARI, Alice Rosa de Sena. Educação para a superação do racismo no contexto de uma escola pública. **Práxis Educativa**, v. 17, 2022.
- PONTES, Daniela Barros *et al.* Racismo, infância e escola: reflexões sobre a temática racial na Educação Infantil. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 5, n. 2, p. 52-62, 2018.
- REIS, Diego dos Santos; CALADO, Maria da Glória. Diálogos possíveis entre educação antirracista e decolonial: vozes insurgentes, pedagogias críticas e a Lei 10.639/03. **Cadernos do aplicação**, v. 33, n. 2, 2020.
- RODRIGUES, Tatiane Cosentino; SILVA, Ayodele Floriano. Didáticas das relações étnico raciais: contribuições propositivas para a formação inicial de professores. **Roteiro**, v. 46, 2021.
- SANTOS, Pricila Kohls dos, *et al.* Tecnologias digitais na educação: possibilidades para o desenvolvimento da educação para a cidadania global. **Educação por escrito**, v. 8, n. 1, p. 129-145, 2017.
- SERRANO, Pablo Jiménez; MARTINEZ, Regina Célia. Por uma Reforma Educacional em Face da Concretização da Cidadania na Atual Sociedade da Informação. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 46, p. 465-493, 2017.
- SILVA, Anaiara Lourenço da *et al.* A importância da atividade orientadora de ensino: relato de uma experiência de educação antirracista na educação infantil. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 8, n. 1, p. 308-315 (146-153), 2021.
- SILVA, Flávia Carolina da; DIAS, Lucimar Rosa. Formação continuada de professores de educação infantil e (re) educação de relações étnico-raciais: uma experiência no município de Curitiba. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 12, n. 21, p. 311-332, 2018.
- SILVA, Jarlisse Nina Beserra da., *et al.* Por uma Educação Infantil antirracista. **Revista Íbero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 6, p. 3179-3194, 2023.
- SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Educação e Cidadania: Reflexões sobre um debate contemporâneo. **Gavagai-Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 3, n. 1, p. 13-27, 2016.
- SIQUEIRA, Edivaldo Alves; SEHN, Elizandra. A lei 11.645/08 no PPP e PPC do 4º e 5º anos da rede de ensino fundamental de Umuarama. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, v. 8, n. 17, 2017.
- SOUSA, Fausto Ricardo Silva *et al.* Formação docente na perspectiva da educação antirracista como prática social. **Práxis Educativa**, v. 17, 2022.

SOUZA, Edmacy Quirina de; DINIS, Nilson Fernandes. Imagem, biopoder e racismo nas instituições de educação infantil. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 13, n. 1, p. 260-277, 2019.

TUONO, Nadiele Elias Faria; VAZ, Marta Rosani Taras. O racismo no contexto escolar e a prática docente. **Debates em Educação**, v. 9, n. 18, p. 204-204, 2017.

VIEIRA, Cecília Maria; CARVALHO, Thaís Regina de. Um brinquedo diferente na luta antirracista na educação infantil: o livro de literatura. **Zero-a-Seis**, v. 25, n. 47, p. 227-246, 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO NORTEADOR

1 – Você sabe o que é o racismo?

() SIM () NÃO

2 - Você sabe o que são práticas antirracistas? Conhece alguma?

() SIM () NÃO Qual? _____

3 - Você já presenciou algum ato de racismo no âmbito escolar?

() SIM () NÃO

4 - Você já entrevistou de alguma forma?

() SIM () NÃO

5 - Você pensa ser importante a implementação de formação continuada para os docentes sobre as questões étnicas raciais?

() SIM () NÃO

6 – Durante o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da sua escola, as questões étnicas raciais fazem parte da pauta?

() SIM () NÃO

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA O PROFESSOR PARTICIPANTE

Prezado(a) Professor (a),

Gostaríamos de convidar o Senhor (a) para participar da pesquisa “**A compreensão do racismo e de práticas antirracistas por uma educadora da educação infantil de uma escola pública municipal de Cajazeiras/PB**”, a ser realizada na Escola Pública Municipal. O objetivo da pesquisa é possibilitar as práticas antirracistas na educação infantil. A participação do profissional docente é muito importante e ela se daria da seguinte forma, será realizada uma aplicação de questionário, se o(a) senhor(a) assim permitirem. A partir dos dados coletados serão realizadas a análise dos dados, na qual será elaborada por meio de reflexões de cunho científico com base em estudos bibliográficos com correlação direta com os dados que foram adquiridos através do questionário participantes.

Esclarecemos que a participação do professor é totalmente voluntária, podendo o(a) senhor(a) solicitar a recusa ou desistência de participação do mesmo a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo ao profissional. Esclarecemos, também, que as informações do docente serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade do profissional professor.

Esclarecemos ainda, que o(a) senhor(a) não pagará ou será remunerados (as) pela participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa, caso ocorra, serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente da participação.

O referido estudo apresentará riscos mínimos, uma vez que não será realizado qualquer tipo de procedimento invasivo que danifique a integridade física e emocional dos participantes.

Caso o(a) senhor(a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar: graduando em Pedagogia **Jusciê Alves Pereira:** (83) 9 9832-3353; e Orientadora da pesquisa **Prof^ª. Dra. Stella Márcia de Moraes Santiago;** ou procurar o Comitê de Ética da Universidade Federal de Campina do Centro de Formação de Professores, pelo endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n, Campus Cajazeiras, CEP: 58900-000 – Cajazeiras – Paraíba, ou pelo telefone: (83) 3532-2000.

Esse termo está elaborado em duas vias sendo uma para o professor participante da pesquisa e outra para o arquivo do pesquisador.

Eu, _____,
tendo sido devidamente esclarecido (a) sobre os procedimentos da pesquisa, concordo com a minha participação voluntária.

Cajazeiras- PB, ____ de _____ de _____.

Juscî Alves Pereira
Pesquisador responsável

Professor Participante da Pesquisa